O GLOBO
Publicado em 02/05/2022 - 05:57

Programas para ampliar alcance do Auxílio Brasil ficam no papel

FABIANO ROCHA/17-11-2021

Sem avaliação. Fila na agência da Caixa em Madureira, na Zona Norte do Rio: especialistas criticam a falta de mecanismos de avaliação dos efeitos do programa e dizem que sua implementação é difícil

AJUDA RESTRITA

Inovações do Auxílio Brasil são incipientes ou nem saíram do papel

GERALDA DOCA
geraldadiboa@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Quando o Auxílio Brasil foi lançado, em agosto de 2021, o governo Jair Bolsonaro prometia um programa social moderno, abrangente e inovador — além de buscar um substituto ao Bolsa Família, marca do governo Lula, e ter um trunfo eleitoral em 2022. No entanto, nove meses depois, as inovações do Auxílio Brasil — como o Bônus de Inclusão Produtiva ou o pagamento do voucher para creche — ainda precisam sair do papel ou ganhar fôlego. Muitas iniciativas sequer foram regulamentadas.

Os benefícios para crianças e adolescentes que se destacam em competições esportivas e de conhecimento ainda engatinham. Segundo dados do Ministério da Cidadania, apenas 1.404 alunos recebem o Auxílio Esporte Escolar, e 2.391, a Bolsa de Iniciação Científica. Isso em um universo de mais de 36 milhões de alunos do ensino básico da rede pública. Procurado, o Ministério da Cidadania não quis comentar o tema.

Usado como vitrine eleitoral pelo presidente Bolsonaro, de olho em um segundo mandato, o Auxílio Brasil tem como principal mérito, segundo especialistas, o fato de ter dobrado o valor do benefício, ao pagar um piso de R$ 400, além de ter aumentado o número de famílias atendidas, que passou de 13,9 milhões para 18 milhões.

> *"(O Auxílio Brasil) é generoso, só que não leva em conta o tamanho da família, nem o grau de pobreza. Uma família que tem uma pessoa ganha R$ 400, outra que tem seis pessoas recebe o mesmo valor. Ele quebrou um princípio que é famílias mais pobres e maiores receberem mais"*
>
> **Marcelo Neri**, diretor da FGV Social

Mais do que a simples transferência de renda, a nova ação social do governo visava as chamadas portas de saída do benefício, com desenvolvimento humano e oportunidades, segundo o discurso oficial do Planalto. Uma das portas de saída pensadas pelo governo foi o Bônus de Inclusão Produtiva Urbana, que consistia em um adicional para os beneficiários do Auxílio Brasil que conseguissem emprego.

BENEFÍCIO DESIGUAL

Para o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, o programa é um misto de Auxílio Emergencial, que foi criado durante a pandemia da Covid-19, e Bolsa Família, só que mais complexo. Ele reconhece que houve inovações, mas critica a espinha dorsal do programa: o piso de R$ 400 pago a todas as famílias, independentemente do número de filhos e da situação de pobreza.

— Ele é generoso, paga duas vezes o Bolsa Família, só que ele não leva em conta o tamanho da família, nem o grau de pobreza. Uma família que tem uma pessoa ganha R$ 400, outra que tem seis pessoas recebe o mesmo valor. Ele quebrou um princípio que é famílias mais pobres e maiores receberem mais dinheiro — afirma Neri.

Para o economista, a complexidade do Auxílio Brasil dificulta a sua implementação plena, sobretudo no curto prazo.

— É fácil colocar no papel, mas é difícil atacar na escala do programa, do Brasil, um país grande. Se você tenta fazer um programa muito complexo, os esforços de melhoria de desempenho são difíceis de serem implementados — destaca Neri.

Segundo o economista, os mil alunos que recebem o Auxílio Esporte Escolar representam uma fração insignificante se comparada ao tamanho do programa.

Para Neri, o pagamento de bônus para alunos que se destacam é uma medida ambiciosa e que precisa ser testada e avaliada. Se o governo tivesse apresentado o programa na forma de um projeto piloto teria sido algo mais realista, afirma.

— O Auxílio Brasil trouxe coisas interessantes, agora falta implementar, e não trouxe tudo o que prometeu — reforça o economista Paulo Tafner, do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS).

FALTA DIAGNÓSTICO

Segundo Tafner, o Auxílio Brasil ainda está longe de ser um programa integrado de apoio às famílias em situação de pobreza. Ele também cita a falta de mecanismos de avaliação dos benefícios introduzidos no desenho da política.

— Para atacar a pobreza, é preciso haver várias coisas, que envolvam educação, saúde das crianças, capacitação adicional dessas crianças, sobretudo para aquelas expostas à violência, e dar apoio às famílias. Os casos de pobreza mais acentuada estão exatamente naquelas famílias em que só há a mãe — afirma Tafner.

Na visão da socióloga e especialista em políticas públicas Letícia Bartholo, um dos principais problemas do programa é a falta de diagnóstico:

— O governo passou quase dois anos falando que iria substituir o Bolsa Família e optou pelo improviso. Desenhou novos benefícios, mas sem diagnóstico. Não há avaliação de impacto sobre a pobreza, isso é consensual.

Letícia cita, por exemplo, o Criança Cidadã, que, na sua avaliação, tem um desenho operacional complexo e traz alguns riscos, como estimular a oferta de vagas em creches de baixa qualidade para atender crianças de famílias pobres.

Outro risco é criar uma estrutura paralela ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A princípio, o valor pago no novo benefício equivale à metade daquele pago pelo Fundeb e pode ser transferido para creches com fins lucrativos.

APERFEIÇOAMENTO

Para a socióloga, o piso de R$ 400 não tem equidade, como afirma Neri. Ela reconhece, no entanto, que o novo programa social é mais robusto do ponto de vista orçamentário e, por isso, tem maior potencial de proteção. O Bolsa Família tinha orçamento de R$ 38 bilhões para atender 13,9 milhões de famílias, enquanto no Auxílio Brasil o valor chega a R$ 89 bilhões.

— Estávamos com 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) para o programa social destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Era muito pouco para um recurso que atendia 20% da população brasileira mais pobre. Hoje temos 1% do PIB para atender os 25% mais pobres da população — afirma Letícia.

Já o economista José Márcio Camargo avalia que o Auxílio Brasil representa um avanço em relação ao Bolsa Família. Ele ressalta que o programa precisa ser encaixado no Orçamento da União para que todos os benefícios sejam implementados.

— É um processo natural, você vai melhorando o programa à medida que o tempo vai passando, vê dificuldades, erros, e vai consertando. Acho que tem um ganho em relação ao Bolsa Família, nada excepcional, mas é um caminho, um passo à frente — explica Camargo.

AS NOVIDADES SEM AVANÇO

1 *Programa Criança Cidadã*

O governo ainda não regulamentou os detalhes da medida que prevê o repasse pelos municípios de R$ 200 (tempo parcial) e R$ 300 (integral) para creches conveniadas com ou sem fins lucrativos. O objetivo é aumentar o número de vagas em creches, o que seria uma novidade em relação ao Bolsa Família. O governo ainda não informou quantas vagas deverão ser criadas nacionalmente com este programa.

2 *Bônus de Inclusão Produtiva Urbana*

O governo Bolsonaro sempre afirmou que, ao contrário do Bolsa Família, seu programa social teria portas de saída. Uma delas seria o Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, que pagaria mensalmente R$ 200 a beneficiários que conseguissem emprego com carteira assinada. Mas ele sequer foi regulamentado pelo governo. O mesmo programa focado para a área rural está regulamentado, mas ainda não teve desembolsos significativos.

3 *Auxílio Esporte Escolar*

O auxílio financeiro concedido aos estudantes de 12 a 17 anos incompletos, integrantes de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil, que se destacassem nos Jogos Escolares Brasileiros visava a incentivar os esportes e retirar crianças e jovens da criminalidade ou da falta de perspectiva. Mas, até agora, apenas 1.404 alunos fizeram jus ao benefício, que paga R$ 1 mil por família, em cota única, e R$ 110 em 12 parcelas mensais.

4 *Bolsa de Iniciação Científica Júnior*

Apontada como a grande inovação do programa, a Bolsa de Iniciação Científica Júnior prevê o pagamento de 12 parcelas mensais de R$ 100 por estudante e de parcela única de R$ 1 mil por *família a alunos que se destacassem em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional, para incentivar e recompensar o conhecimento.* Entretanto, até o momento, somente 2.391 recebem o benefício.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.